

Kant e a metaética contemporânea

[Kant and the contemporary metaethics]

Robinson dos Santos*

Universidade Federal de Pelotas (Pelotas, Brasil)

“...weil, wenn vom moralischen Werte die Rede ist, es nicht auf die Handlungen ankommt, die man sieht, sondern auf jene inneren Prinzipien derselben, die man nicht sieht.” (GMS, 407)¹

Posição do problema

Qual o lugar de Kant na metaética contemporânea? Será possível enquadrá-lo simplesmente dentro de alguma das diversas vertentes da mesma sem maiores problemas? Em caso afirmativo, qual seria então o Kant legítimo? Aquele apresentado pelos *construtivistas* ou, ao contrário, o Kant “verdadeiro” é aquele oferecido pela visão dos *realistas*? É possível sustentar tal classificação sem, ao mesmo tempo, reduzir a complexidade de seu pensamento à uma caricatura? Entendo que, antes de mais nada, cabe perguntar e considerar se é legítimo e, até mesmo, se é necessário “encaixá-lo” ou “classificá-lo” num debate desta ordem, pois a primeira constatação, por mais óbvia que seja, é que o seu interesse não estava centrado exclusivamente em discussões metaéticas - embora possamos encontrar certos elementos que remetem a este plano²

* E-mail: dossantosrobinson@gmail.com

¹ “(...) porque, quando se trata do valor moral, o que importa não é a ação, que a gente vê, mas aqueles princípios íntimos da mesma, que a gente não vê.”

² Há quem entenda que a GMS (Grundlegung zur Metaphysik der Sitten), na medida em que se dedica, em grande parte, ao desmembramento e análise (Zergliederung) dos conceitos que já utilizamos no campo da moralidade, permita entrever elementos que remetem ao que é próprio de uma análise metaética. Esta tese é defendida por Henry Allison em seu comentário sobre a GMS (2011, p. 3). Ali, ele afirma que: “...it is now generally recognized that GMS is properly classified as a work in meta-ethics (...)”. No entanto, é preciso ter claro que a metaética é, na atualidade, uma área específica no âmbito da filosofia moral, que surgiu e se estabeleceu, sobremaneira, a partir do impacto da guinada linguística no início do século XX.

- e sim, fundamentalmente, em justificar uma proposta de ética normativa.

Meu objetivo neste ensaio consiste em caracterizar e analisar a controvérsia em torno de uma possível interpretação metaética da filosofia moral de Kant. Por um lado, Kant é entendido como *realista moral* na medida em que ele argumenta em defesa da objetividade, necessidade e validade universal da lei moral. Por outro lado, ele também é entendido como *anti-realista moral*, uma vez que sua ética, fundada na concepção de razão prática, é interpretada como *construtivista*, na qual a moral não pode ser vista como algo independente da mente humana, tal como se estivesse situada em alguma esfera *sui generis*.

Para os *anti-realistas*, as interpretações apresentadas e defendidas pelos realistas da filosofia moral de Kant estão erradas porque, ao se comprometerem com a afirmação da existência de “fatos morais”, em última análise, tais interpretações conduzem para um modelo de moral heterônoma, o que é frontalmente oposto ao objetivo de Kant, isto é, elas se contrapõem a uma proposta de justificação que tem no princípio da autonomia seu fundamento central. Para os *realistas*, todavia, são justamente os anti-realistas que estão errados, pois estes não ofereceriam uma interpretação correta das teses de Kant, uma vez que o filósofo de Königsberg não defende, de modo algum, um tipo de subjetivismo na ética e, tampouco, qualquer forma de relativismo ou de expressivismo.

Precisamente por conta desta polêmica é necessário esclarecer o que se entende por *anti-realismo* e *realismo moral*, bem como analisar as possibilidades de se relacionar a ética de Kant com a primeira ou a segunda vertente. Entre seus respectivos defensores aparecem filósofos que são reconhecidos especialistas no pensamento de Kant. Refiro-me aqui a alguns trabalhos de autores como Frederick Rauscher, Oliver Sensen, Dieter Schönecker e Allen Wood³, entre outros. A rigor, parece-me que nenhuma das duas posições é plenamente satisfatória, na medida em que ambas induzem a mal-entendidos e leituras apressadas.

³ Embora neste conjunto dos estudiosos caibam outros nomes, não há como contemplar todos eles aqui pela simples razão do espaço de que se dispõe. Por outro lado, eles serão nomeados ao longo do trabalho quando for oportuno. A opção feita aqui por estes autores se deve ao fato de termos colocado suas teses e respectivas interpretações em discussão em duas oportunidades, a saber, no VI Colóquio Kant Internacional (“Realismo e Anti-realismo na filosofia moral de Kant: dignidade, valor moral, reino dos fins”) na Universidade Federal de Pelotas, em 2014 e no IX Kant-Tagung (“Realismus und Anti-realismus bei Kant”) na Universität Siegen, em 2015. Este texto é uma reformulação de versões apresentadas em ambos debates e é parte dos resultados de um projeto de pesquisa iniciado em 2013, acerca do tema “Dignidade e valor moral na filosofia moral de Kant”, com apoio da CAPES.

No que segue, serão apresentadas algumas características gerais de ambas interpretações e tomados para análise alguns de seus respectivos argumentos. Minha posição é a de que, em última instância, a ética de Kant não pode ser tomada nem como puramente realista ou, pelo menos, não no sentido forte do termo, nem como simplesmente anti-realista⁴. Isso porque, como já dito acima, é notório que Kant não estava preocupado com a metaética enquanto tal. A tentativa de uma classificação, segundo um esquema que surgiu nas discussões contemporâneas, só pode ser forçada e, mesmo assim, não transforma automaticamente sua filosofia moral em uma teoria metaética. Na medida em que Kant não visava exclusivamente tomar uma posição *na metaética*, a opção de lê-lo através de tais lentes não apenas é inadequada, mas está também condenada a ser mais uma leitura parcial e, por isso mesmo, em última instância, mal-sucedida.

Anti-realismo moral e realismo moral: duas posições da metaética

Antes de tratarmos da questão central que nos interessa aqui, cabe um breve esclarecimento sobre como surgiram as interpretações de Kant no âmbito da metaética. Não se trata aqui de oferecer uma história detalhada da metaética, mas muito mais de enfatizar seu objetivo e a natureza de suas investigações, no intuito de situarmos as duas vertentes das quais trataremos, isto é, o anti-realismo moral e o realismo moral.

Como é de amplo conhecimento, não há uma definição unívoca (cf. Scarano, 2006, p. 27) sobre o papel da *metaética* em relação às outras disciplinas que se ocupam com questões filosófico-morais, mas há uma concordância geral em torno de certas questões que são objeto das investigações da metaética. Precisamente pela definição de seu objeto é que se torna possível distingui-la e diferenciá-la tanto da *ética normativa* quanto da *ética aplicada*, respectivamente.

A metaética não visa responder às questões normativas ou, também chamadas, de questões de primeira ordem, tais como “o que devemos fazer?”. Neste sentido, ela não está voltada ao estabelecimento e justificação de *princípios* para a ação; algo que, precisamente, é o objetivo da *ética normativa*. As investigações em metaética estão

⁴ Neste ponto eu concordo em grande medida com a posição de Dall’Agnol (2012), apresentada em seu trabalho *The idealist interpretation of Kant’s Metaethics* e, em parte, retomada no evento citado acima, na UFPEL em 2014. Ali o autor, além de estabelecer sua própria leitura no que diz respeito a este tema, também tece críticas muito interessantes à posição de Frederick Rauscher, quanto a uma possível leitura idealista da metaética kantiana. Agradeço ao Charles Feldhaus (UEL) que gentilmente me deu um exemplar do livro.

voltadas para questões *semânticas*, isto é, sobre o sentido e o significado das expressões linguísticas que empregamos nos nossos juízos morais, assim como, para questões *ontológicas*, em busca do esclarecimento acerca da natureza das propriedades morais e para questões *epistemológicas*, relacionadas com a possibilidade do conhecimento moral e sua justificação.

Anti-realismo e realismo, no âmbito da metaética, são dois modos opostos de se responder à pergunta sobre a *objetividade* da moral, muito embora não sejam os únicos modos⁵. Embora haja muitas ramificações ou variantes, tanto no interior de cada uma destas posições, quanto entre ambas ou ao lado delas, com as quais não posso me ocupar aqui, é possível apontar para duas de suas características internas que permitem uma distinção básica. De acordo com Christoph Halbig, enquanto o realismo endossa um tipo de cognitivismo e pode ser caracterizado como uma teoria do êxito, o anti-realismo tende a defender uma postura não-cognitivista e também, em alguns casos, uma teoria do erro. Neste sentido, o cognitivismo defende a tese elementar de que nossos juízos morais cumprem uma função *descritiva*: por meio deles nós apresentamos afirmações sobre a qualidade moral de uma ação, afirmações estas, que podem ser verdadeiras ou falsas (Cf. Halbig, 2007, p. 196). O não-cognitivismo consiste na interpretação de que a impressão segundo a qual juízos morais podem ser válidos (corretos ou verdadeiros) ou inválidos (incorretos ou falsos) é uma impressão enganadora. Na verdade, segundo os defensores do não-cognitivismo, os juízos morais sequer podem ser chamados de “juízos”. O não-cognitivista contesta a tese de que nossos juízos cumprem uma função descritiva. Para ele nossa linguagem moral não descreve fatos reais, mas cumpre uma função essencialmente *prescritiva*, isto é, a de expressar nossas preferências e de recomendá-las aos outros. Tanto o *emotivismo* de Stevenson, quanto o *prescritivismo* de Hare se inserem nesta perspectiva (Cf. Düwel; Hübenthal; Werner, 2006, p. 12-13). O realismo poderia ser visto, grosso modo, como uma *teoria do êxito* por conceber que nossos juízos podem simplesmente ser verdadeiros (ou falsos). Do ponto de vista da teoria do erro (anti-realista), é um erro que cometemos desde o princípio, crer que nossos juízos morais sejam aptos a serem verdadeiros (ou falsos).

No trabalho que segue, ao responder às duas perguntas centrais, a saber, por que Kant não é um anti-realista e, por outro lado, por que

⁵ É o caso de outras variantes, como o *quase-realismo* defendido por Simon Blackburn ou como o *ficcionalismo*, por exemplo.

também não é um realista, apresento as linhas gerais de tais posições e argumento pela dissociação de tais tendências do pensamento de Kant.

Porque Kant não é um anti-realista moral?

O anti-realismo moral não é uma corrente homogênea da metaética e, por isso, abrange diversos tipos de posicionamento em relação à questão de se a moral é objetiva ou não, se nossos juízos morais podem ou não podem ter valor de verdade e sob quais condições, etc. O apelo central do anti-realismo consiste basicamente na rejeição de uma moralidade objetiva independente das preferências e interesses dos indivíduos. Precisamente por isso os anti-realistas não concebem uma moralidade objetiva como algo “real”. Deste modo, não podemos conceber tal crença como verdadeira, nem tampouco falar de conhecimento moral (não-cognitismo). Entre os principais autores não-cognitivistas podemos citar aqui George E. Moore, Alfred Ayer, Charles Stevenson, Richard M. Hare, e Allans Gibbard⁶. Neste contexto, portanto, emotivismo⁷, expressivismo, relativismo e subjetivismo, podem ser incluídos. Neste caso, todos os nossos juízos morais não seriam outra coisa que fundamentalmente a expressão dos nossos estados internos, sentimentos ou emoções. E, por esta razão, variam muito de sujeito para sujeito, de época para época, de uma sociedade para outra, etc., o que nos impede, de modo absoluto, de falar em *validade objetiva, universalidade e verdade* no âmbito da moral.

Na definição de Sayre-McCord:

Os anti-realistas sobre a moralidade rejeitam a ideia de que há fatos morais e rejeitam a ideia de que [...] as coisas realmente são como parecem. Alguns anti-realistas reconhecem que quando pensamos em termos morais estamos comprometidos com a existência de fatos morais. Pensamento e prática moral, sustentam eles, pressupõem e fazem sentido apenas à luz de fatos morais realmente existentes. Nesta medida, eles concordam com os realistas morais. Eles continuam argumentando, porém, que o pressuposto é falso e, então, nossa prática moral comum é

⁶ Rütther (2013), oferece uma visão panorâmica acerca destes expoentes do não-cognitismo, bem como uma crítica aos limites das respectivas posições.

⁷ Schaber (1997, p. 14) observa, em seu estudo sobre este tema, que a discussão no âmbito da moral, sobretudo a partir dos anos 30 do século XX particularmente no mundo anglo-saxão, foi levada adiante predominantemente por *anti-realistas*, sob influência direta dos emotivistas Ayer e Stevenson. Em torno de quatro décadas depois, isto é, a partir dos anos 70 e 80 houve um enfraquecimento desta posição devido às objeções e críticas apresentadas por parte de pensadores favoráveis ao realismo. Alguns nomes que fizeram parte deste movimento são McDowell, Platts, Boyd, Nagel e Railton, por exemplo.

construída sobre um erro. Anti-realistas desta convicção são muitas vezes caracterizados como ‘teóricos do erro’. Sua visão compartilhada é de que o pensamento e a prática moral se baseiam em um erro e o erro é supor que existam fatos morais. [] Outros anti-realistas, no entanto, rejeitam como um erro a ideia de que o pensamento e a prática moral pressupõem a existência de fatos morais. Eles rejeitam a ideia de que ao fazer julgamentos morais estamos expressando crenças que podem ser verdadeiras ou falsas à luz de (supostos) fatos morais (Sayre-McCord 2006, p. 41)

Alguns aspectos do anti-realismo podem ser atraentes, por uma aparente “simplicidade”: não há necessidade de se postular uma metafísica da moral ou um “reino” *sui generis* para acomodar os chamados “fatos morais”; acomoda-se talvez com maior facilidade com a visão científica e naturalista do mundo, isto é, recorre à uma ontologia, por assim dizer, “menos pretenciosa”. Shafer-Landau (2003, p. 21ss) aponta para estes e outros aspectos de uma maneira muito bem articulada em sua obra, em especial ao tratar das possíveis razões que fazem com que o expressivismo, por exemplo, seja bastante atraente nos tempos atuais.

Ora já a partir disso, fica evidente que classificar Kant simplesmente como um anti-realista moral é, a rigor um erro, especialmente se, sob esta classificação, ficar tacitamente compreendido que ele seria um não-cognitivista ou um emotivista. Para Kant, na medida em que somos racionais, a possibilidade de conhecermos, de acessarmos a lei moral está claramente dada. Para ilustrar isso, sem a pretensão de repassar aqui toda a *Fundamentação* e muito menos a *Crítica da razão prática*, cito aqui apenas algumas passagens nas quais Kant evidencia isso:

A vontade é pensada como uma faculdade de se determinar a si mesma a agir *em conformidade com a representação de certas leis*. E uma tal faculdade só pode ser encontrada em seres racionais.”(GMS, AA 04: 427).

O ser racional tem de se considerar sempre como legislando num reino dos fins possível pela liberdade da vontade, seja como membro, seja como soberano.” (GMS, AA 04: 434)

A moralidade consiste, portanto, na relação de toda ação com a legislação pela qual somente é possível um reino dos fins. Essa legislação, porém, tem de poder ser encontrada em todo ser racional ele próprio e originar-se de sua vontade (...).” (GMS, AA 04: 434)

Por isso, nada senão a *representação da lei* em si mesma – *que por certo só tem lugar no ser racional* na medida em que ela <a representação da lei>, mas não o efeito esperado, é a razão determinante da vontade – pode

construir o bem tão excelente a que chamamos moral (...)” (GMS, AA 04: 401)

Nesta perspectiva, portanto, ele pode ser visto como um cognitivista. Além disso, ao sustentar uma concepção de racionalidade prática ele rejeita justamente o que os emotivistas pretendem colocar como critério ou marca da experiência moral: as emoções ou sentimentos. Ora, para Kant, sentimentos ou emoções não podem jamais oferecer uma justificação adequada do princípio moral. Outrossim, ao defender a validade necessária e universal do princípio supremo da moralidade ele se coloca frontalmente contra o relativismo e o subjetivismo.

Princípios empíricos não servem de modo algum para fundar as leis morais sobre eles. Pois a universalidade com que devem valer para todos os seres racionais sem distinção, a necessidade prática incondicional que lhes é desse modo imposta desaparece quando o seu fundamento é tomado à *constituição particular da natureza humana*, ou às circunstâncias contingentes em que está posta. Todavia, o princípio da *felicidade própria* é o que mais merece ser repudiado, não só porque é falso e a experiência contradiz a alegação de que o bem-estar sempre se regula pelo bom comportamento; não só, tampouco, porque em nada contribui para fundar a moralidade, na medida em que tornar alguém feliz é coisa inteiramente diversa de torná-lo bom, e torná-lo prudente e atilado para o que lhe é vantajoso <bem diverso> de torná-lo virtuoso (...) (GMS, AA 04: 442)

Entretanto, o não-cognitivismo e o emotivismo não esgotam sozinhos o anti-realismo. Uma vertente anti-realista, mas que não endossa o não-cognitivismo e o emotivismo é o *construtivismo*. Precisamente nesta corrente se situam algumas das interpretações anti-realistas de Kant. Aqui entram nomes como Christina Korsgaard, Onora O’neill, Barbara Herman, Andrews Reath, John Rawls e o próprio Jürgen Habermas (Cf. Formosa, 2011, p. 171). Além destes nomes, Frederick Rauscher é um dos autores que tem se engajado na defesa de um anti-realismo moral em Kant. Na sequência, me ocupo com alguns aspectos da sua tese, com ênfase em um de seus primeiros textos sobre o tema⁸.

Em sua defesa em favor da tese de que Kant é um anti-realista, Frederick Rauscher parte da constatação de que enquanto “para alguns

⁸ Refiro-me ao *Kant’s Moral Anti-realism* (2002), citado nas referências. Cabe lembrar que o autor produziu outros trabalhos retomando o tema, mas mantendo sua posição fundamental, apresentada neste escrito. Este é o caso do livro publicado em 2015, *Naturalism and Realism in Kant’s Ethics*. Uma resenha contendo a apreciação desta obra, por parte da colega Andrea Faggion, está disponível na Revista Con-Textos Kantianos: <https://www.con-textoskantianos.net/index.php/revista/article/view/157/148>

kantianos pode parecer óbvio que Kant era um anti-realista, na medida em que ele parece ter admitido seu anti-realismo repetidamente por meio do recurso ao idealismo transcendental na ética”, para outros pode parecer óbvio que Kant era um realista, na medida em que defendia a categoricidade e incondicionalidade de nossa obrigação à moralidade, bem como “que necessitamos crer que Deus existe para sustentar a ordem moral do mundo e de que quando pensamos sobre o mundo tal como ele é em si mesmo como mundo numênico, temos de empregar a razão e o seu produto, a moralidade” (Rauscher 2002, p. 477). Conforme sua opinião, esta discordância se deve basicamente à duas fontes: de um lado discordâncias sobre o que seja propriamente o realismo moral e sobre a própria teoria moral de Kant.

No intuito de demarcar sua posição neste cenário, Rauscher aponta para duas tendências, que ele caracteriza na sequência de seu texto, entre as quais quer situar sua própria concepção. De um lado, o construtivismo anti-realista de Rawls, que prioriza uma interpretação do imperativo categórico “como um procedimento para o teste de máximas” e o realismo de Allen Wood, focado “na natureza da vontade racional” (p. 478).

Rawls toma Kant para oferecer uma teoria construtivista na qual o imperativo categórico é, grosso modo, entendido como um procedimento para testar máximas. O resultado do processo será um conjunto de máximas admissíveis que formam o conteúdo da moralidade; estas são denominadas de construídas porque não refletem qualquer ordem moral prévia. O procedimento do imperativo categórico não é em si o resultado da construção, mas sim ‘exposto’ na ‘base [da] concepção de pessoas livres e iguais como razoável e racional, uma concepção que é espelhada no procedimento’ e ‘extraída a partir de nossa experiência moral.’”(Rauscher 2002, p. 478)

Enquanto para Rawls, “Kant é visto como anti-realista, porque a moralidade não é independente da prática e da auto-concepção de certos tipos de seres”, no segundo caso, ou seja, na interpretação de Wood, “os princípios morais reais não são dependentes de nossas crenças atuais sobre eles”, o que faz com que a “verdade das proposições morais se origine da própria razão, idêntica para Kant à vontade racional” (Idem, *ibid.*, p. 478). E, de fato, o argumento formulado por Wood em seu livro *Kant's Ethical Thought* não deixa margem para dúvidas quanto à sua posição. Ali ele afirma que:

na medida em que Kant sustenta que a verdade moral é irreduzível tanto em relação ao que as pessoas pensam, quanto em relação aos resultados de qualquer tipo de procedimento de verificação, ele é um realista moral

no sentido mais amplamente aceito que o termo possui na metafísica e na metaética contemporânea(Wood 1999, p. 157).

Não vou me deter aqui na análise desta posição de Wood, pois ela (compartilhada também por Dieter Schönecker) será objeto da discussão na terceira parte deste trabalho. Para situar seu posicionamento entre Rawls e Wood, Rauscher recorre a dois elementos: primeiro, à uma concepção determinada acerca da relação mente-mundo e, segundo, ampara-se na interpretação da moral kantiana como *idealista*⁹.

No intuito de justificar esta visão, o autor aponta também para as dificuldades face às múltiplas definições do que é o realismo moral. Nas suas palavras, “não há um consenso claro sobre o que ‘realismo’ significa verdadeiramente” (Rauscher 2002, p. 480). Após analisar algumas definições mais gerais e apontar para determinados problemas conceituais das mesmas, ele estabelece uma definição própria para o realismo moral, o qual é concebido por ele como “a crença de que algumas das características morais do mundo são independentes da mente” (Idem, *ibid.*, p. 482). Ao realismo, assim caracterizado, ele opõe o que vai chamar de *idealismo moral*, ou seja, “a crença de que todas as características morais do mundo são dependentes da mente”. Para o autor, defender o idealismo moral não implica necessariamente em prejuízos à objetividade da moral se for possível demonstrar que a mente humana é de tal forma estruturada que todos os humanos compartilham dos mesmos conceitos morais. Rauscher desenvolve sua argumentação para justificar o idealismo moral de Kant apoiando-se em três pontos fundamentais, a saber: a) sustentando que Kant desenvolve um idealismo de valor; b) um idealismo do justo/correto (right) e, c) um idealismo da agência. A objetividade é garantida na medida em que Kant teria demonstrado que compartilhamos da mesma estrutura cognitiva e a validade moral seria derivada da natureza obrigante do imperativo categórico, enquanto parte daquela estrutura (Idem, *ibid.*, p. 495).

⁹ “De modo resumido, a posição que eu desenvolvo situa-se entre aquelas de Rawls e Wood. Como Rawls, vou mostrar que algo sobre a experiência real dos agentes morais está na base das reivindicações morais, mas ao contrário de Rawls eu penso que isso não é uma auto-concepção extraída da prática moral, mas uma experiência interna peculiar aos seres humanos, como seres racionais. Como Wood, então, eu mantenho que a natureza racional está envolvida na fundação da moralidade, mas ao contrário de Wood eu não tomo essa base para ser independente da natureza real dos seres existentes. E embora a minha posição está distante da metafísica forte invocada por Ameriks, vou mostrar por que Kant exige que tenhamos certas crenças com relação a uma tal metafísica. Minha posição é que Kant é um anti- realista moral, porque ele sustenta, em última análise, que a base da moralidade é uma experiência limitada às mentes dos seres humanos.” (Rauscher 2002, p. 480)

É importante destacar que Rauscher também chama atenção para o fato de que o cognitivismo que pode ser atribuído a Kant não pode ser tomado como qualquer outro tipo de cognitivismo. Ele toma como base para esta afirmação a noção kantiana de autonomia. Para teorias cognitivistas em geral, as proposições morais podem ser verdadeiras ou falsas, mas segundo ele, “sua verdade ou falsidade depende, em todos os casos não-kantianos, da existência de alguma base para a verdade, externa às próprias crenças do ser humano” (Idem, *ibid.*, p. 496). Ora, a noção kantiana de autonomia evita este problema justamente por colocar a vontade livre como absolutamente independente de qualquer fonte de determinação externa (liberdade em sentido negativo) e capaz de determinar-se a si mesma (liberdade em sentido positivo). “Qualquer coisa independente da humanidade é independente da vontade. Portanto, nada independente da humanidade pode fundar a moralidade. Isso é essencial para a concepção de autonomia de Kant” (Idem, *ibid.*, p. 496). De forma conclusiva, Rauscher argumenta que a concepção de idealismo moral proposta por ele não apenas é a concepção sustentada pelo próprio Kant, mas também *a mais apropriada* para qualquer kantiano.

A interpretação de Rauscher é, sem dúvida, consequente no seu propósito e muito próxima ao texto de Kant em diversos aspectos. Não há grandes dificuldades de se compreender e, até mesmo, de se aceitar como plausível - ao menos em um primeiro momento! -, sua tese do idealismo moral. A questão, todavia, que dificulta uma adesão incondicional à sua interpretação e que, pelo menos por enquanto, permanece inconclusa para mim, é se a defesa do idealismo exige que se posicione a moral de Kant, sem reservas, necessariamente dentro do anti-realismo. É importante lembrar que esta classificação esconde algumas armadilhas. Se por anti-realismo entendemos, de modo geral, uma forte suspeita (ceticismo) quanto à objetividade das questões morais ou, de outro modo, a redução das proposições morais à manifestações de estados internos ou crenças subjetivas, a filosofia moral de Kant definitivamente não se enquadra neste contexto. Mesmo com as ressalvas que Rauscher apresenta, a tese de que “Kant é um anti-realista” permanece, ao final, problemática e, por isso, difícil de ser assimilada sem reservas.

Neste sentido, eu concordo, como assinali no início deste artigo, com a posição de Dall’Agnoll (2012, p. 19) quando afirma que Rauscher não consegue demonstrar “de modo definitivo que Kant era um idealista moral”. Alguns dos problemas para os quais Dall’Agnoll aponta em sua crítica são relacionados com os pontos nevrálgicos da ética kantiana. Nas suas palavras:

De fato, se nós tomamos a sua definição de ‘idealismo moral’ como presumindo que a moralidade é completamente *dependente* da mente humana, então muitas características da metafísica da moral de Kant se tornam obscuras: a *aprioridade* da lei moral enquanto imperativo categórico; a objetividade do *Faktum* da razão; a existência efetiva de seres racionais e seu valor como fins-em-si-mesmos, etc. (Dall’Agnoll 2012, p. 19).

Ora, dadas estas dificuldades, seria o caso, então, de dar razão às interpretações realistas? Não necessariamente. O fato de a interpretação anti-realista permanecer problemática ou deficitária em alguns pontos, não endossa automaticamente a posição realista. Com certeza esta não é uma razão suficiente. No que segue, procuro analisar a tese realista.

Porque Kant não é um realista?

A primeira constatação, ao tentarmos responder à pergunta “*o que é o realismo moral?*”, pode ser negativa, tal como no caso do anti-realismo. O que fica evidente ao buscarmos uma definição sobre esta posição da metaética é de que *não se trata de uma posição unívoca*. Não há, portanto, uma definição cabal do que é o realismo moral. Ao contrário, há *diversas variantes* do que se chama *realismo moral*. Por isso mesmo, mencionamos acima que não se trata de uma tendência internamente homogênea, com contornos nítidos. A despeito das subdivisões internas ou variantes, elas compartilham um conjunto elementar de características.

Em primeiro lugar cabe ressaltar que para os realistas existe o que poderíamos chamar de uma *realidade moral*. E, conforme salienta Russ Shafer-Landau (2003, p. 13), um dos expoentes do realismo moral, muitas das discordâncias internas referem-se à *natureza* dessa realidade. Tal observação é corroborada por David Copp (2006, p. 8): “Realistas morais discordam sobre várias coisas, mas eles discordam e profundamente sobre a natureza das propriedades morais”.

Por isso, de um lado encontram-se os *naturalistas*, que entendem que as qualidades morais sejam propriedades ordinárias, como defende p. ex. Nicholas Sturgeon; “propriedades morais são supervenientes à natureza básica das coisas”, como exemplifica Copp na obra acima citada; além de David O. Brink, Peter Railton e Richard Boyd, embora nestes a rejeição seja clara ao *não-naturalismo* e, contudo, permaneça

não esclarecido se qualidades morais são supervenientes ou naturais, bem como o que a expressão “natural” signifique¹⁰.

De outro lado estão os *não-naturalistas*, para quem as qualidades ou propriedades morais não podem ser reduzidas à propriedades ou qualidades não-morais, isto é, elas são independentes do mundo natural, tal como defende W. D. Ross; razões objetivas de ação, para Thomas Nagel; qualidades supervenientes – dependentes das naturais, mas não coincidentes ou idênticas, com pretende Mark Platts; ou comparáveis com qualidades secundárias, como entende John McDowell¹¹.

O realismo moral é uma forma de cognitivismo. E o cognitivismo, conforme lembra Shafer-Landau, “preserva nosso discurso sobre crença moral e a possibilidade de conhecimento moral” (2003, p. 26). Geoffrey Sayre-McCord também apresenta uma definição elementar sobre o realismo moral: “Os realistas morais afirmam que existem fatos morais, que é à luz desses fatos que os julgamentos morais das pessoas são verdadeiros ou falsos, e (...) os fatos morais são o que são mesmo quando os vemos como incorretos ou não em geral” (2006, p. 40).

Shafer-Landau (2003, p. 14) apresenta dois grandes tipos que fazem oposição ao realismo: a) *nihilistas*; para quem simplesmente não há o domínio da moral; b) *construtivistas*: que concordam com o domínio da moral, mas o aceitam como uma função construtiva; subjetivistas, que relacionam a construção da realidade moral com os juízos e opiniões individuais; relativistas, kantianos (não há realidade moral, nem genuínas obrigações morais ou exigências morais justificadas, se não houver algo como a razão pura prática) e contratualistas, para os quais, grosso modo, moral é construída desde os estados ou atividades tomados desde um ponto de condições idealizadas, de um ponto de vista preferido.

Para um realista forte a moralidade constitui um domínio independente. Alguns entendem este domínio como independente da mente, por contraste com o construtivismo. Shafer-Landau chama atenção para o fato de que esta interpretação é apressada e prefere falar de *stance-independence* ao invés de *mind-independence*¹². Isso abre uma perspectiva bastante diferente do que a tese de uma dependência da

¹⁰ Cf. Schaber, 1997, p. 23.

¹¹ Idem, *ibidem*, p.18.

¹² “The way I would prefer to characterize the realist position is by reference to its endorsement of the *stance-independence* of moral reality. Realists believe that there are moral truths that obtain independently of any preferred perspective, in the sense that *the moral standards that fix the moral facts are not made true by virtue of their ratification from within any given actual or hypothetical perspective*. That a person takes a particular attitude toward a putative moral standard is not what makes that standard correct.” (p.15)

mente sugere. Mas este é um ponto para explorar em outro momento. Eu gostaria de passar agora aos elementos básicos que servem de base à interpretação realista de Kant.

Como já referido anteriormente, Allen Wood, Dieter Schönecker, Patrick Kain, Paul Guyer e Karl Ameriks, entre outros, são decididamente em favor de uma leitura de Kant como realista moral. Enquanto Wood e Schönecker focalizam na definição kantiana de pessoa como fim-em-si e na vontade racional, Ameriks assenta em um realismo moral metafísico¹³, apelando para o poder não-empírico da faculdade mental, isto é, para o estatuto da “dupla cidadania” ou, se assim se preferir, do duplo ponto de vista do *idealismo transcendental* (cf. Rauscher, 2002, p. 477). Vou me deter aqui em algumas passagens em que os argumentos de Wood e Schönecker são explicitados.

Em seu comentário interpretativo sobre a *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Wood e Schönecker partem de uma caracterização da filosofia moral de Kant como sendo baseada na ideia de dignidade como valor absoluto e intrínseco de seres racionais. Esta distinção remete a várias passagens relacionadas entre si na *Fundamentação*. Tal é o caso, por exemplo, de uma das formulações do imperativo categórico (a fórmula da humanidade como fim-em-si) e, sobretudo, a distinção entre *pessoa* e *coisa*. Como sabemos, tais passagens são emblemáticas e caras à filosofia moral kantiana. Não por acaso é que elas são sempre lembradas quando o tema em questão é o fundamento moral da exigência do respeito recíproco entre as pessoas e, na maioria das vezes, de modo muito equivocado. Eu cito duas passagens, a título de exemplo, que na minha opinião, são explícitas o suficiente na defesa de um realismo moral em Kant por parte de Wood e Schönecker:

A ética de Kant é até os dias de hoje caracterizada como ética deontológica. Se é essencial para uma tal ética que nela valores ou fins substanciais (existentes em si) não desempenham nenhum papel ou, melhor dos casos, apenas um papel secundário, então a ética de Kant não apenas não é deontológica, mas decididamente anti-deontológica. Com efeito, tanto a determinação do conteúdo de deveres morais, como

¹³ Rauscher (2002, p. 482) descreve a posição de Ameriks, a partir de alguns argumentos deste em suas obras sobre o *fato da autonomia* e a *teoria kantiana da mente*, da seguinte maneira: “Ameriks takes Kant to insist on a strong metaphysical grounding for morality. He sees Kant as a realist insisting on an independent standard of morality that can be known by human reason yet is not created by it: ‘In practical philosophy we move beyond appearances, we have absolute truth’ of the real standards of morality in a way very similar to a traditional rationalist. Ameriks also cites freedom as a requirement of morality for Kant. Kant insists on ‘a literal notion of nonempirical agency’ that would ‘give talk of freedom a real reference and point.’ Kant requires that we have a real transcendent power of freedom”.

também a justificação de sua validade sem um conceito de valor substancial é vista por Kant como impossível. Seres racionais enquanto seres capazes de autonomia e de se colocar fins têm um valor absoluto (dignidade); *isso* e não o pensamento de uma universalização formal de máximas é a tese central da ética de Kant. A partir disso, também conceitos deontológicos, em última instância, não são decisivos para Kant (portanto, conceitos como ‘proibido’, ‘obrigatório’, ‘permitido’), mas conceitos de valor. (Schönecker; Wood 2007, p. 142)

Kant é, como hoje talvez se diria, um realista moral. Ele está convencido, que nossos juízos morais tem um caráter cognitivo (isto é, podem ser verdadeiros ou falsos) e se relacionam a circunstâncias morais. Esta circunstância é a condição de fim em si de seres autônomos. O ‘valor absoluto’ não é nada que homens fazem, que eles concedam ou que se deixe derivar de algum modo a partir de um reconhecimento *de fato* pressuposto de valores; Kant não é construtivista, nem subjetivista. Por isso é que ele diferencia também seres autônomos como fins em si mesmos “de todo o fim *a ser efetuado*” (437,25).[...] Um tal fim é, portanto, no sentido do realismo moral, algo existente objetivamente, uma “existência”[*Dasein*] (428,3; 428,27; 429,4; 429,6), como Kant diz, algo que “existe” (428,8; 429,3) e somente por isso um tal fim “é necessariamente fim *para todo homem* [...], *porque* é fim em si mesmo” (428,36, gr. n., grifos de Kant suprimidos). É claro que não se encontra uma fundamentação (convicente) para esta tese¹⁴. (Schönecker; Wood 2007, p. 148)

Neste ponto é preciso chamar a atenção para o problema em que os autores citados incorrem. A defesa de uma objetividade da moral, por si só, não coloca Kant necessariamente dentro do realismo moral. Kant não defende em momento algum a existência de algo como “fatos morais”, ponto que é central no realismo moral. Se Rauscher erra ao ligar o suposto idealismo ao anti-realismo moral, aqui Wood e Schönecker não erram menos ao tomar a defesa da objetividade como sinônimo de realismo moral.

Além disso, parece-me bastante problemática a defesa de um realismo moral em Kant alicerçada em uma ênfase na teoria do valor, na medida em que ela pode levar a uma compreensão próxima ao que propunha a *ética material dos valores*, tal como apresentada por Scheler (*materiale Wertethik*), este último justamente partindo de uma crítica ao formalismo na ética (herança nitidamente deixada por Kant, na interpretação de Scheler). Aliás, neste contexto, mesmo a tese da

¹⁴ Na GMS III Kant fundamenta a validade do IC na verdade como o status ontológico e a superioridade do homem como ser intelectual. Não obstante o fato de que esta tese seja pouco convincente, por razões internas e externas, não se encontra aí quase nada sobre valores e o conhecimento dos mesmos (de fato o conceito de fim em si mesmo não desempenha mais nenhum papel na GMS III).

dignidade como *valor absoluto e intrínseco* necessita de uma leitura muito cuidadosa, pois pode conduzir a uma interpretação completamente equivocada da moral kantiana. Afinal, devo respeitar o outro porque ele possui dignidade ou ele possui dignidade porque eu o respeito?

No contexto da argumentação de Kant fica claro que não é a dignidade do outro como *fim-em-si* (tal como se fosse um *fato moral* ou um valor moral externo ao sujeito agente) o fundamento da exigência de respeito; ao contrário, é a minha obediência à lei moral que confere dignidade ao outro como pessoa, quando obedeço ao comando da razão, adequando minha máxima (princípio subjetivo do querer) à fórmula que diz que devo agir de tal modo, pelo qual trate a humanidade, aliás, tanto na minha pessoa, quanto na pessoa de qualquer outro, sempre como fim e nunca *simplesmente* como meio. Do contrário, isto é, se fosse a dignidade do outro a ditar para mim a exigência de respeito, o caso seria claramente *heteronomia*, nos termos kantianos. Ora, tal modo de interpretar interditaria toda a filosofia moral kantiana, posto que seu ápice e sua centralidade está no princípio da autonomia. Por isso mesmo, a situação deve ser compreendida desde a seguinte perspectiva: “o outro tem dignidade porque eu (obedecendo o comando da razão; isto é, o fundamento desta exigência) o respeito”, e não na perspectiva de que “eu devo respeitá-lo porque ele tem dignidade (como um valor absoluto e intrínseco, que é fundamento da exigência do respeito)”. Parafraseando as palavras de Dall’Agnoll a respeito da interpretação de Rauscher, eu diria aqui que Wood e Schönecker, a despeito de suas análises minuciosas, de sua reconhecida competência como estudiosos de Kant, não conseguem demonstrar “de modo definitivo” que Kant era um realista moral.

Considerações finais

A partir das considerações feitas acima eu gostaria de pontuar, novamente e de forma breve, os dois problemas com que nos deparamos ao tentarmos simplesmente “encaixar” Kant em uma ou outra vertente da metaética contemporânea.

De um lado, procurei caracterizar, de modo geral, o anti-realismo moral e apresentar a proposta de leitura antirrealista sustentada por Frederick Rauscher (que o autor mantém até o presente), a partir de seus traços elementares. Por mais atraente e coerente (ao menos do ponto de vista de sua estrutura interna) que seja tal leitura, ela não é isenta de problemas. Algumas questões levantadas ali e que depõem contra assumir tal leitura foram:

a) a vertente do anti-realismo não é homogênea e está fortemente associada a um ceticismo moral ou, em alguns casos, mesmo a uma rejeição da objetividade da moral;

b) neste sentido, Kant não se enquadra necessariamente entre anti-realistas, pois defende exatamente o contrário, isto é, a objetividade da moral. A moral, portanto, não é, como diz Kant, uma mera “fantasia urdida pela mente”:

Bom em sentido prático, porém, é o que determina a vontade mediante representações da razão, por conseguinte, não em virtude de causas subjetivas, senão objetivamente, isto é, em virtude de razões que são válidas para todo ser racional enquanto tal. (*GMS*, AA 04: 413);

c) por outro lado, ao tentar justificar sua leitura anti-realista, apelando para o *idealismo moral*, Rauscher apresenta a tese da *mind-dependence*, o que, por si só, não valida sua inclusão de Kant no anti-realismo. Aliás, parece-me que uma coisa pode ser feita sem necessariamente se conectar com a outra;

d) a leitura de um idealismo moral não precisaria estar comprometida, para sua validação, com a posição anti-realista.

Todavia, a partir de tais problemas na leitura anti-realista não se pode deduzir que Kant seja, então, um realista.

Na segunda parte do trabalho expus as linhas gerais do realismo moral e tomei como exemplo a leitura de Wood e Schönecker. Kant não pode ser tomado como um realista no sentido forte porque:

e) sua proposta simplesmente também não se encaixa na caracterização geral, apresentada aqui, do que se chama de realismo moral;

f) a defesa de uma validade objetiva da moral não pode ser entendida no sentido de um comprometimento com a existência de valores nos moldes da *materiale Wertethik* de Scheler, por exemplo;

g) Kant não defende em momento algum a existência de fatos morais como algo existente por si, isto é, independentemente das preferências e desejos dos indivíduos, que serve de base para confirmação da verdade dos seus juízos e avaliações;

h) para Kant a defesa de fatos morais levaria a uma moral heterônoma;

Por fim, mas não por último, Wood e Schönecker não definem de modo claro em sua obra como entendem o realismo moral de Kant.

A rigor, como dito no início do trabalho, Kant não estava preocupado com questões exclusivamente metaéticas e, em particular,

não estava preocupado em desenvolver e apresentar uma epistemologia moral, muito embora possam ser encontrados elementos em sua filosofia moral que remetam ao domínio da metaética. Mas disso não se pode inferir, sem incorrer em fortes equívocos e problemas conceituais, que ele seja simplesmente um realista ou um anti-realista moral.

Referências:

- BRINK, D. O. *Moral Realism and the Foundations of Ethics*. Cambridge (Mass.): Cambridge University Press, 1989.
- DALL'AGNOLL, D. The idealist interpretation of Kant's Metaethics. In: TONETTO, Milene C.; PINZANI, Alessandro; DALL'AGNOLL, Darlei. *Investigações Kantianas I: um debate plural*. Florianópolis: FUNJAB, 2012.
- DÜWEL, M.; HÜBENTHAL, C.; WERNER, M. *Handbuch Ethik*. 2. Aufl. Stuttgart; Weimar: J. B. Metzler Verlag, 2006.
- EISLER, R. *Kant-Lexikon*. Hildesheim – Zürich - New York, 2002.
- FAGGION, A. Kant's Ethics in the Twenty-First Century. In: *Con-Textos Kantianos*. International Journal of Philosophy. N.º 3, Junio 2016, pp. 455-461.
- FORMOSA, P. Is Kant a Moral Constructivist or a Moral Realist? In: *European Journal of Philosophy*. Volume 21, Issue 2, June 2013, p. 170–196.
- HALBIG, C. *Praktische Gründe und die Realität der Moral*. Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann Verlag, 2007.
- HILLS, A. Kantian Value Realism. In: *Ratio*. Vol. XXI, , June 2008, p. 182-200.
- KANT, I. *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*. Mit einer Einl. Hrsg. Von Bernd Kraft und Dieter Schönecker. 2. Aufl. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 2016.
- KANT, I. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Guido A. de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial; Barcarolla, 2009.
- MACKIE, J. L. *Ethics*. Inventing right and Wrong. New York: Penguin Books, 1977.
- McDOWELL, J. *Wert und Wirklichkeit. Aufsätze zur Moralphilosophie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2009.
- MILLER, A. *Contemporary Metaethics. An Introduction*. 2. Ed. Cambridge: Polity Press, 2013.
- RAUSCHER, F. Kant's Moral Anti-Realism. In: *Journal of the History of Philosophy*. Vol. 40, n. 3 (2002) p. 477-499.
- RÜTHER, M. *Objektivität und Moral*. Ein problemgeschichtlich-systematischer Beitrag zur neueren Realismusdebatte in der Metaethik. Münster: Mentis Verlag, 2013.
- SANTOS, R. dos. Dignidade e valor na filosofia moral de Kant. In: SANTOS, Robinson dos; CHAGAS, Flávia C. (Orgs.). *Moral e Antropologia em Kant*. Passo Fundo: IFIBE; Pelotas: UFPEL, 2012.
- SANTOS, R. dos (Org.) Dossiê Realismo e Anti-realismo na Moral. In: *Revista Dissertatio*, n. 39, 2014.
- SAYRE-McCORD, G. *Essays on Moral Realism*. Ithaca; London: Cornell University Press, 1988.
- _____. Moral Realism. In: COPP, David (Ed.). *The Oxford Handbook of Ethical Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

- SENSEN, O. Kant's Conception of Inner Value. In: *European Journal of Philosophy*. 19, 2 p. 262-280. Oxford, 2009.
- SCHABER, P. *Moralischer Realismus*. Freiburg; Munchen: Alber Verlag, 1997.
- SCHÖNECKER, D.; WOOD, A. *A "Fundamentação da Metafísica dos Costumes de Kant": Um comentário introdutório*. Trad. Robinson dos Santos e Gerson Neumann. São Paulo: Loyola, 2014.
- SCHÖNECKER, D.; WOOD, A. *Kants „Grundlegung zur Metaphysik der Sitten. Ein einführender Kommentar*. Paderborn – München – Wien – Zurich: UTB; Schöningh, 2002.
- SHAFER-LANDAU, R. *Moral Realism. A Defence*. New York: Oxford University Press, 2003.
- STAHL, T. *Einführung in die Metaethik*. Stuttgart: Reclam, 2013.
- WILLASCHEK, M; STOLZENBERG, J.; MOHR, G.; BACIN, S. (Hrsg.). *Kant-Lexikon*. Berlin: DE gruyter Verlag, 2015.
- WOLF, J.-C.; SCHABER, P. *Analytische Moralphilosophie*. Freiburg; München, 1998.

Resumo: Meu objetivo neste ensaio consiste em caracterizar e analisar a controvérsia em torno de uma possível interpretação metaética da filosofia moral de Kant. Por um lado, Kant é entendido como realista moral na medida em que ele argumenta em defesa da objetividade, necessidade e validade universal da lei moral. Por outro lado, ele também é entendido como anti-realista moral, uma vez que sua ética, fundada na concepção de razão prática, é interpretada como construtivista, na qual a moral não pode ser vista como algo independente da mente humana, tal como se estivesse situada em alguma esfera *sui generis*. É necessário esclarecer o que são o realismo e o anti-realismo moral e analisar os argumentos de ambas interpretações. Pretendo argumentar que, a rigor, Kant não pode ser simplesmente encaixado em qualquer um dos lados sem problemas.

Palavras-chave: Kant, filosofia moral, realismo moral, anti-realismo moral, metaética.

Abstract: My purpose in this essay is to characterize and analyze some controversy around a possible meta-ethical interpretation of Kant's moral philosophy. On the one hand, Kant is understood as a moral realist insofar as he argues in defense of the objectivity, necessity and universal validity of the moral law. On the other hand, he is also understood as a moral anti-realist, since his ethics, based on the conception of practical reason, is interpreted as constructivist, in which moral can't be seen as something independent of the human mind, as if it belonged to a *sui generis* sphere. It is necessary to clarify what moral realism and moral anti-realism are and analyze the arguments of both interpretations. I want to argue that, strictly speaking, Kant can't simply be included into either sides without problems.

Keywords: Kant, moral philosophy, moral realism, moral anti-realism, meta-ethics.

Recebido em: 03/2017

Aprovado em: 04/2017